



LIFE+ Laurissilva
Sustentável
Relatório inicial

Ponta Delgada, Setembro 2009



LIFE+ Laurissilva Sustentável

Relatório inicial

Ponta Delgada,
Setembro 2009



O Projecto LIFE+ Laurissilva Sustentável é uma parceria da SPEA com a a Secretaria Regional do Ambiente e do Mar e a Câmara Municipal da Povoação, contando ainda com o apoio das seguintes entidades enquanto observadoras na sua Comissão Executiva: Direcção Regional dos Recursos Florestais, Direcção Regional de Turismo, Câmara Municipal do Nordeste e Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA.





Trabalhar para o estudo e conservação das aves e seus habitats, promovendo um desenvolvimento que garanta a viabilidade do património natural para usufruto das gerações futuras.

A SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves é uma organização não governamental de ambiente que trabalha para a conservação das aves e dos seus habitats em Portugal. Como associação sem fins lucrativos, depende do apoio dos sócios e de diversas entidades para concretizar as suas acções. Faz parte de uma rede mundial de organizações de ambiente, a *BirdLife International*, que actua em mais de 100 países e tem como objectivo a preservação da diversidade biológica através da conservação das aves, dos seus habitats e da promoção do uso sustentável dos recursos naturais.

LIFE+ Laurissilva Sustentável. Relatório Inicial

Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, 2009

Direcção Nacional: Ricardo Azul Tomé, Maria Ana Peixe, Pedro Guerreiro, Ana Leal Martins, João Jara, Paulo Travassos, Pedro Coelho, Miguel Capelo, Paulo Simões Coelho, Teresa Catry

Direcção Executiva: Luís Costa

Coordenação do projecto: Joaquim Teodósio

Equipa técnica: Azucena Cruz, Carlos Silva, Filipe Suspiro, Joana Domingues, Rui Botelho (SPEA)

Agradecimentos:

Citação: SPEA 2009. *LIFE+ Laurissilva Sustentável. Relatório inicial*. Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves, Lisboa (relatório não publicado).



Projecto LIFE
LIFE07 ENV/P/000630

Relatório Inicial / *Inception Report*
com as actividades do projecto de 01-01-2009 a 30-09-2009

Data do Relatório
30-09-2009

PROJECTO LIFE+
Laurissilva Sustentável

Dados do projecto

Localização do projecto	ZPE Pico da Vara / Ribeira do Guilherme e futuro SIC Tronqueira/Planalto dos Graminhais
Data de início do projecto:	01-01-2009
Data de término do projecto:	31-12-2012
Orçamento total	€ 2.297.598
Contribuição da CE:	€ 1.642.323
(%) de custos elegíveis	71,48%

Dados do beneficiário

Nome do beneficiário	SPEA – Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
Contacto	Sr Luís Costa
Morada	Avenida da Liberdade 105-2º Esq, 1250-140 Lisboa, Portugal
Telefone	+351.213220430
Fax:	+351.213220439
E-mail	luis.costa@spea.pt
Project Website	www.spea.pt/life_laurissilva

1. INDICE

2. LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS06

3. RESUMO EXECUTIVO

- 3.1 Progresso dos trabalhos
- 3.2 Avaliação da viabilidade dos objectivos do projecto e do plano de trabalho
- 3.3 Problemas encontrados

4. PARTE ADMINISTRATIVA

- 4.1 Gestão do projecto
- 4.2 Organograma e estrutura de gestão
- 4.3 Acordos e protocolos entre parceiros

5. PARTE TÉCNICA

- 5.1 Acções do projecto
- 5.2 Licenças e autorizações
- 5.3 Progressos previstos até ao próximo relatório

6. PARTE FINANCEIRA

- 6.1 Aplicação de sistema de contabilidade
- 6.2 Disponibilidade de co-financiamento
- 6.3 Custos durante o período de relatório

7. ANEXOS

- 7.1 Protocolos de parceria
- 7.2 Produtos
- 7.3 Mapas e ilustrações
- 7.4 Indicadores de resultados; definição
- 7.5 Outros

2. LISTA DE ABREVIATURAS E ACRÓNIMOS

São utilizadas no presente Relatório diversas abreviaturas e acrónimos, de projectos e entidades, as quais se encontram listadas de seguida:

ASDEPR	Associação para o Desenvolvimento e Promoção Rural
CE	Comissão Europeia
CETS	Carta Europeia de Turismo Sustentável
CMN	Câmara Municipal do Nordeste
CMP	Câmara Municipal da Povoação
DRA	Direcção Regional do Ambiente
DRRF	Direcção Regional de Recursos Florestais
DRT	Direcção Regional de Turismo
PNISM	Parque Natural de Ilha de São Miguel
SIC	Sítio de Importância Comunitária
SPEA	Sociedade Portuguesa para o Estudo das Aves
SPRA	Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, SA
SRAF	Secretaria Regional de Agricultura e Florestas
SRAM	Secretaria Regional do Ambiente e do Mar
ZPE	Zona de Protecção Especial

3. RESUMO EXECUTIVO

3.1 Progresso dos trabalhos

O projecto LIFE+ iniciou-se em Janeiro de 2009 e desde então procurou-se ir de encontro às primeiras exigências do projecto: a definição dos processos administrativos e relação entre parceiros; a instalação da Sede de projecto; a definição de imagem e meios de comunicação do projecto; a instalação dos viveiros de produção de plantas nativas; a realização de um encontro da Comissão Científica para definir o plano de trabalhos e monitorização; a contratação da equipa de trabalho de campo; e a verificação das áreas de intervenção. Os primeiros meses do projecto foram essenciais para um melhor conhecimento das áreas propostas para os trabalhos de recuperação de habitat. Todos os objectivos foram de uma forma geral conseguidos, verificando-se a necessidade de algumas modificações nas áreas de intervenção inicialmente indicadas.

Com a experiência dos primeiros 9 meses de projecto conclui-se que o projecto é perfeitamente viável e exequível dentro dos prazos estabelecidos (ver 3.2) e do orçamento previsto, não se prevendo atrasos substanciais ou obstáculos imponderáveis em qualquer das acções previstas. Consideramos que a lista de acções, a manifesta maioria dos seus conteúdos, e o plano de trabalho são válidos, ainda que para tal sejam necessárias pontualmente algumas alterações.

Nomeadamente:

- Foram identificadas algumas situações em que os objectivos do projecto para algumas áreas não eram conciliáveis com outros usos previstos para essas mesmas áreas (abastecimento de água, áreas de lazer, etc) e que não existiam à época da candidatura do projecto. Por este motivo foi feita uma análise das áreas de intervenção propostas, e de outras possíveis de intervir, e elaborado um pedido para alteração das áreas de intervenção, já aceite pela unidade LIFE. Esta alteração não impediu o decurso dos trabalhos de recuperação de habitat e pode até potenciar melhores resultados e progressos no projecto.
- As acções ligadas à implementação das redes de turismo sustentável e Marca Priolo estiveram dependentes da identificação de todas as parcerias essenciais, tendo-se considerado essencial aplicar uma metodologia participativa, em que todos os intervenientes possam colaborar no estabelecimento de regras e objectivos. Desta forma foi criado um Grupo de Trabalho específico para as acções A3 e A4 que inclui representantes da SRAM, da DRT e da SPEA. Dado que as duas acções tem grandes semelhanças em termos de objectivos e metodologias optou-se por trabalhar as duas acções de uma forma conjunta. Um processo participativo apesar de mais eficaz, é também mais demorado, pelo que o calendário referente a estas acções deverá ser prolongado.
- Os trabalhos referentes ao LIFE Laurissilva suscitaram em algumas entidades importantes interesse em participar no projecto, tendo-se convidado a Direcção Regional de Turismo, a Câmara Municipal do Nordeste, a Direcção Regional dos Recursos Florestais/Serviços Florestais do Nordeste e a Sociedade de Promoção e Gestão Ambiental, responsável pela gestão da bacia hidrográfica da Lagoa das Furnas (área anexa e complementar à ZPE do Pico da Vara/Ribeira do Guilherme) para participar com o estatuto de observador. Estes observadores estão presentes nas reuniões da Comissão Executiva e colaboram em todas as acções relevantes.
- A Câmara Municipal do Nordeste tem demonstrado grande interesse em passar a parceira efectiva do projecto, em conjunto com a SRAM, CMP e SPEA, o que seria uma importante mais valia e um complemento do conjunto de parceiros actuais do projecto, tendo em conta a área geográfica do mesmo. Neste sentido pedimos que a CE refira a viabilidade desta proposta e, em caso afirmativo, como poderá ser feita essa inclusão.

3.2 Avaliação da viabilidade dos objectivos do projecto e do plano de trabalho

Após nove meses de trabalho, conclui-se que o projecto é viável na sua totalidade e exequível praticamente dentro dos prazos estabelecidos. Verificou-se ser mais realista considerar algumas alterações ao calendário anteriormente estabelecido, tanto no sentido de adiar algumas acções como até de antecipar outras para maior eficácia no cumprimento dos objectivos do projecto.

Embora não constituam alterações significativas, verificou-se também que algumas acções deverão ser executadas de forma diferente do que haviam sido apresentadas no projecto original:

- A principal alteração prendeu-se com a necessidade de alterar as áreas de intervenção referentes às acções A7, C2 e C4 devido a sobreposições com outros projectos das entidades locais para essas áreas ou suas imediações (projectos na área do abastecimento de água e lazer). Estas alterações, no entanto, não interferem com os objectivos traçados. As novas áreas definidas irão mesmo possibilitar, se as condições forem as ideais, ultrapassar ligeiramente a meta de área de habitats nativos recuperados. Após resposta afirmativa da Comissão procede-se actualmente à reformulação de alguns planos de intervenção para posterior validação pela Comissão Consultiva.
- A produção de plantas em viveiro estará sempre dependente de diversos factores difíceis de controlar como a disponibilidade de sementes na floresta, a capacidade germinativa das sementes das diferentes espécies (que pode variar de ano para ano ou com a idade das plantas), as condições climatéricas, entre outros. No entanto a produção de plantas já teve início com a recolha de sementes e a sua sementeira na estufa recentemente montada.
- Verificou-se a possibilidade de desenvolver em conjunto as acções A3 e A4 dadas as semelhanças verificadas ao nível de metodologias, objectivos e entidades envolvidas. O facto de se ter optado por uma metodologia participativa, envolvendo do início as principais entidades que estarão ligadas à criação e manutenção futura destas redes teve como principal implicação a necessidade de um prazo mais alargado para os primeiros passos destas acções. Desta forma o prazo previsto para o final da primeira fase destas acções será o primeiro trimestre de 2011, sendo que até ao final do projecto decorrerão sempre acções pontuais de gestão/apoio aos trabalhos desta rede.
- As acções e objectivos que estão dependentes de legislação ou de processos burocráticos ligados às entidades regionais ou nacionais ficam muitas vezes condicionadas às normas de funcionamento destas instituições podendo por vezes sofrer atrasos em relação ao programado inicialmente. Nesta situação poderão vir a ficar a inclusão no plano de ordenamento do Parque de Ilha de São Miguel do Plano de Acção para a recuperação de habitats e o processo final de designação do SIC Tronqueira e Graminhais. No entanto, neste momento os dois processos estão a decorrer de acordo com o planeado.
- Relativamente à parte financeira do projecto, as rubricas de algumas acções estão abaixo do que será necessário e deverão ser compensadas por outras rubricas. Por exemplo as acções A3 e A4 apenas contam com despesas de pessoal não tendo sido considerada a necessidade elaborar materiais de apoio ou outros custos de logística e o registo de marca. Para a acção E6 deverá ser necessário o apoio de formadores externos, não considerado na candidatura. Estas situações são no entanto pontuais e, possivelmente, poderão ser encontradas soluções dentro do orçamento actual. Os ajustes que venham a surgir entre rubricas não deverão colocar em causa a regra dos 10%/10.000 €. no entanto, se tal suceder será elaborado o correspondente pedido de alterações.
- Algumas acções tiveram o seu início antecipado, nomeadamente, o controlo de exóticas em floresta de altitude (Acção C4) e no planalto dos Graminhais (Acção C3), e as acções ligadas à produção de plantas nativas (Acção C1) e pomar de Uva-da-serra (Acção C7).

3.3 Problemas encontrados

De um modo geral a maioria das acções já iniciadas decorrem de uma forma aproximada ao planeado, não se tendo verificado surpresas em relação aos pressupostos do projecto, para além da necessidade de alteração de áreas de intervenção já referidas. Existem no entanto alguns problemas encontrados ao longo dos primeiros meses do projecto sem no entanto colocar em causa qualquer dos objectivos finais do projecto.

Nomeadamente:

- As possíveis implicações com o abastecimento de água para uso humano e agrícola e uso recreativo próximo de áreas de intervenção levaram a alteração destas áreas. As áreas agora propostas, e aceites, irão possibilitar de igual forma o cumprimento dos objectivos propostos. Esta alteração implicou o adiamento de alguns dos testes de controlo de espécies exóticas (Acção A7), os quais serão realizados durante os próximos meses e os seus resultados aplicados a partir de 2011. Optou-se por antecipar o início da remoção de *Gunnera* na área de turfeira do planalto dos Graminhais (Acção C3) e controlo de exóticas em floresta nativa a maior altitude (Acção C4), de modo a otimizar os resultados do projecto e a utilização dos recursos humanos envolvidos.
 - Relativamente à Acção A1, e dado que envolve um conjunto de processos burocráticos que estão actualmente em curso, neste momento, não será possível garantir que esteja concluído, dentro do prazo indicado na candidatura, o futuro Plano de Ordenamento do Parque de Ilha de São Miguel, o qual deverá integrar o Plano de Acção para a Recuperação e Conservação de habitats prioritários no futuro SIC Tronqueira/Planalto dos Graminhais. No entanto, pretende-se concluir a elaboração deste plano de acção até ao final do ano de 2010 com toda a informação obtida durante o projecto.
 - A instalação dos viveiros (acção A9) apesar de estar dentro do prazo previsto no calendário do projecto (2ª trimestre de 2010), tem sido sujeita a alguns atrasos relativamente ao desejado imputáveis apenas e só ao fornecedor a quem foi adjudicada a construção da estrutura. Espera-se que a estufa esteja totalmente operacional até ao final de Outubro. No entanto, neste momento já foi possível realizar as primeiras sementeiras e utilizar a estufa. Tendo em conta que a recolha de semente já foi iniciada para algumas espécies, recorreu-se inicialmente à estufa dos Serviços de Desenvolvimento Agrário de São Miguel, localizada nas Furnas, para a instalação de alguns tabuleiros com sementeira recente para minimizar a perda de viabilidade das sementes recolhidas.
 - Foram ainda identificadas algumas situações de difícil gestão ao nível de equipamentos, nomeadamente material informático e viaturas devido a alterações exigidas na revisão da candidatura do projecto. Estão a ser utilizadas viaturas da SPEA, que estavam alocadas a outras iniciativas, para permitir a execução das diversas acções do projecto. A utilização de computadores apenas para o projecto é algo igualmente crucial, pelo que consideramos importante que os mesmos sejam incluídos na rubrica equipamento.
-

4. PARTE ADMINISTRATIVA

4.1 Gestão do projecto

Já no final de 2008 começaram a realizar-se diversas reuniões de trabalho entre o Coordenador de Projecto e o Director Executivo da SPEA e os diversos parceiros no sentido de coordenar o início dos trabalhos e o desenrolar das diversas acções. Realizaram-se ainda várias reuniões com diferentes entidades relevantes para a gestão da ZPE e áreas anexas. Entre estas entidades devem assumir principal importância a DRRF/SFN, a DRT, a CMN e a SPRA, entidades que haviam sido convidadas

para integrar o projecto mas que não conseguiram integrar a candidatura de modo a cumprir os prazos de entrega. No seguimento destas reuniões, e como indicador da importância destas entidades para o desenvolvimento de algumas das acções do projecto, estas entidades foram convidadas para participarem no projecto como observadores.

Da parte da SRAM foi fundamental o papel de interlocutor com outros órgãos do Governo Regional, agilizando a comunicação entre todos os intervenientes. O acompanhamento do processo de elaboração do Plano de Ordenamento do PNISM tem sido também realizado pela SRAM. Após os contactos estabelecidos por SPEA e SRAM foram integrados como observadores na Comissão Executiva do projecto a DRRF, a CMN, a DRT e a SPRA. Da parte da CMN manifesta-se a intenção mesmo de integrar o projecto como beneficiário associado, que foi bem recebida pelos parceiros actuais, dado que parte dos trabalhos do projecto se situam dentro dos limites do concelho do Nordeste. Para que tal aconteça será necessário esclarecimento da Comissão Europeia quanto aos procedimentos necessários para que tal se verifique e as condições necessárias para que a CMN se torne um beneficiário efectivo do projecto.

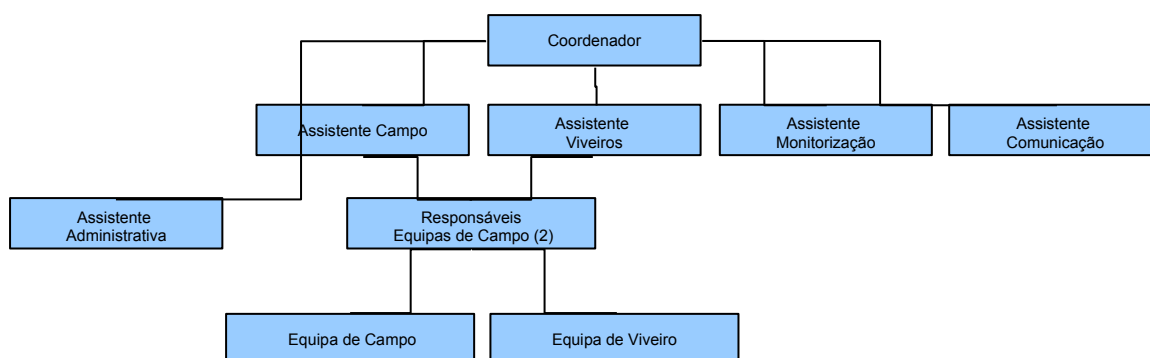
Durante o primeiro mês de projecto realizaram-se as primeiras reuniões da Comissão Executiva e da Comissão Consultiva, que foram determinantes, no primeiro caso, para estabelecer regras de parceria e de funcionamento, e no segundo para validar metodologias e protocolos de intervenção para as acções técnicas do projecto. No período deste relatório realizaram-se mais duas reuniões da Comissão Executiva, que contaram com a presença das chefias dos parceiros e constituíram um modo importante de assegurar o normal funcionamento do projecto e o fórum de decisão. As actas da Comissão Executiva e da Comissão Consultiva são apresentadas no Anexo 7.5.

4.2 Organograma e estrutura de gestão

A estrutura de gestão do projecto e a equipa responsável pela sua implementação foi adaptada de forma a cumprir com todos os requisitos das acções do projecto, permitindo a sua execução na totalidade. A coordenação de projecto foi assegurada por Joaquim Teodósio por parte do beneficiário, designando-se interlocutores principais em cada um dos parceiros: Nelson Santos pela SRAM e João Pedro Resendes pela CMP.

A equipa técnica inicial foi constituída pelo Coordenador (Joaquim Teodósio) e por quatro assistentes de projecto (Carlos Silva, Joana Domingues, Ricardo Ceia e Rui Botelho), sendo que Ricardo Ceia apenas permaneceu no projecto até final de Março. Foi criada igualmente uma equipa de campo para as diversas acções de recuperação de habitat formada por cinco elementos (André Fernandes, Bruno Oliveira, Hilberto Correia, José Mendonça e José Pacheco). Progressivamente as equipas foram aumentadas tendo sido contratado mais um assistente de projecto (Filipe Suspiro, para acompanhamento da instalação do viveiro) e outros cinco elementos para equipa de apoio aos viveiros e trabalhos de campo.

De um modo global a estrutura de gestão pode ser caracterizada pelo seguinte organograma:



4.3 Acordos e protocolos entre parceiros

Os Acordos de Colaboração entre o beneficiário e os parceiros foram celebrados em 18 e 20 de Maio de 2009, respectivamente com a SRAM e a CMP. Os respectivos Acordos encontram-se em anexo a este relatório e seguem os requisitos indicados pela Comissão Europeia, fazendo referência directa às Disposições Comuns Life+ 2007 e ao projecto original tal como aprovado entre Comissão Europeia e beneficiário.

5. PARTE TÉCNICA

5.1 Acções do projecto

Acção A1 - Elaborar o Plano de Acção para a Recuperação e Conservação de habitats prioritários no futuro SIC Tronqueira/Planalto dos Graminhais

A equipa do projecto LIFE Laurissilva foi a responsável pela criação da proposta do SIC Tronqueira/Planalto dos Graminhais, ao nível de todos os levantamentos de flora e fauna, levantamentos e cartografia dos diferentes habitats e escrita do documento final. Esta proposta foi entregue à DRA no final do mês de Agosto e encontra-se em revisão, tendo sido já efectuada nova consulta à equipa de projecto para resposta em breve. Após este processo a DRA será a entidade responsável pela apresentação da proposta às entidades responsáveis.

Ao nível do futuro Plano de Acção para a recuperação e conservação desta área, esse estará integrado no futuro Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ilha de São Miguel, processo a iniciar no próximo ano, e que constituirá o instrumento de gestão da área nos termos da lei. Enquanto este documento não entrar em vigor, esta área na sua grande maioria está abrangida pelo Plano de Gestão da Zona de Protecção Especial Pico da Vara/Ribeira do Guilherme, cuja versão actual tem previsto a sua revisão em 2010. Caso o Plano de Ordenamento do Parque Natural da Ilha de São Miguel não entre em vigor até esta data, está previsto a revisão do actual Plano Gestão sendo englobadas neste documento as novas áreas e acções propostas.

Acção A2 - Elaboração do Mapa de vegetação potencial para a ZPE

Esta acção está a ser desenvolvida por uma equipa da Universidade dos Açores, que foi contratada como assistência externa através de contrato com a Fundação Gaspar Frutuoso, entidade gestora do centro de investigação a que pertence a equipa responsável pela elaboração deste mapa. A equipa de projecto colaborou na cedência de material diverso, tais como cartas militares, mapas de vegetação, informação georreferenciada, entre outros. Esta informação de base será utilizada para estabelecer a metodologia de recolha de dados de campo para posterior elaboração dos modelos de vegetação que serão utilizados no mapa de vegetação potencial.

Espera-se que a acção decorra de acordo com o planeado e com o contrato celebrado.

Acção A3 - Implementação de uma rede de empresas e instituições para o fomento do turismo na ZPE que contribuam à continuidade das medidas de gestão da área necessárias para a sua conservação

Nesta acção estamos a estabelecer um processo participativo para a criação da rede de empresas, a criação da estratégia de desenvolvimento turístico e a inclusão de mais instituições que as consideradas inicialmente, de forma a alcançar o fortalecimento institucional da mesma e também a sua continuidade a longo prazo. Neste primeiro ano, as acções desenvolvidas têm visado a inclusão do maior número de instituições públicas relevantes no grupo de trabalho envolvido na criação desta estratégia e o seu compromisso com a mesma.

Em primeiro lugar, foi criado um grupo de trabalho reduzido, formado por representantes da SRAM, DRT e SPEA, o que garante o apoio e liderança das duas principais instituições responsáveis pela gestão turística envolvendo a área protegida. Este grupo de trabalho será responsável pela coordenação de todo o processo de desenvolvimento da Estratégia de Turismo e o Plano de Acção para a área.

Uma representante da SPEA assistiu às V Jornadas da Carta Europeia de Turismo Sustentável, com o intuito de conhecer melhor a metodologia proposta e conhecer experiências desenvolvidas no âmbito da mesma. Essas jornadas foram muito elucidativas no sentido decisivo de alterar a proposta inicial para um processo mais demorado, no entanto, mais forte e que garanta a continuidade a longo

prazo do desenvolvimento das acções estabelecidas no Plano de Acção para a área. Assim, foi estabelecido um procedimento participativo para a criação duma estratégia de desenvolvimento turístico e plano de acção para a área, baseada na metodologia da CETS e integrada com a Acção A4 do presente projecto visto que são acções com públicos-alvo idênticos.

A Estratégia de desenvolvimento turístico será criada para toda a área protegida, que incluirá não só a ZPE Pico da Vara / Ribeira do Guilherme, mas também todas as áreas protegidas existentes nos concelhos de Nordeste e Povoação, incluindo a Bacia das Furnas. Esta alteração do âmbito da estratégia deve-se a aplicação dos critérios da CETS, que recomenda a criação da estratégia para toda a área protegida, desde que esta mantenha as mesmas condições socioeconómicas.

Os *workshops* propostos serão realizados na segunda fase do processo, já com o compromisso de todas as instituições públicas implicadas e com o objectivo de demonstrar como a criação duma estratégia de turismo sustentável e a integração das instituições, empresas turísticas e associações numa rede poderão trazer mais-valias para o desenvolvimento turístico e económico das áreas influenciadas pelas áreas protegidas. Uma vez realizados estes Workshops, e contando com o compromisso das empresas interessadas em participar do processo de criação da Estratégia Turística e Plano de Acção, ficará constituído o Fórum sobre turismo, formado pelas principais instituições (SPEA, SRAM, DRT, DRRF, ASDEPR, SPRA, CMN, CMP), associações e empresas dos concelhos de Nordeste e Povoação.

Este fórum será o órgão decisório do processo de elaboração da Estratégia e terá reuniões periódicas além do presente projecto. A Estratégia Turística e o Plano de Acção para a mesma, por tudo isto, deverão demorar mais tempo a ser criados e só é previsível a conclusão desta acção no início de 2011, dependendo do desenvolvimento do processo participativo e dos avanços conseguidos através do mesmo.

O atraso na realização desta acção não irá comprometer a realização de nenhuma das acções do projecto. Além disso, a nova estrutura do processo, apesar de mais morosa, irá garantir uma maior participação e empenhamento, contribuindo para a sua manutenção a longo prazo, podendo vir a ser uma importante ferramenta para a gestão do uso público na área protegida e uma garantia para a sua conservação a longo prazo.

Acção A4 - Criação de uma rede de empresas que integrem a marca Priolo nos seus bens ou serviços e que apoiem as medidas de gestão da ZPE

Tendo em conta que a maior parte dos actores envolvidos no desenvolvimento da Marca Priolo deverão ser os mesmo da estratégia turística, decidiu-se realizar estes dois processos em simultâneo, de modo a evitar confusão e duplicação dos esforços por parte de todos os implicados no processo.

Assim, o grupo de trabalho formado para efeito da realização da Acção A3, composto por representantes da SPEA, DRA e DRT, ficou responsável também pela realização desta acção e o processo de criação da rede de empresas que integrem a Marca Priolo será realizado em paralelo com a Estratégia Turística e Plano de Acção, de modo que as empresas que participem no processo sejam automaticamente incluídas na Marca Priolo, desde que cumpram com os requisitos básicos de adesão à Marca.

O primeiro passo desta acção foi o registo da Marca Priolo, já concedida pelo Instituto Nacional de Propriedade Industrial, que permitirá dar a esta marca uma maior força institucional. O Manual de Boas Práticas para a utilização da Marca Priolo será realizado em simultâneo com o processo de criação da estratégia de desenvolvimento turístico (ver Acção A3). Neste processo participativo serão definidas as condições de adesão à Marca Priolo, sendo que inicialmente será apresentado um esquema geral do mesmo por parte das instituições implicadas e uma metodologia de melhoria permanente para as empresas aderentes.

No final do Processo participativo, e aproveitando a informação produzida na acção D7, será criado um web site de promoção da ZPE com divulgação de todas as empresas aderentes à Marca Priolo.

Inicialmente, todas as empresas que participem no processo de criação da Estratégia Turística e a Marca Priolo terão direito a integrar este site e utilizar a Marca Priolo.

Esta acção encontra-se portanto, em coordenação com a Acção A3, executada de forma ainda mais completa que o previsto, embora condicionada ao prolongamento do calendário previsto para se conseguirem atingir todos os objectivos suplementares propostos.

Acção A5 - Plano de sustentabilidade do viveiro de plantas

Acção não iniciada, prevista apenas para 2012.

Acção A6 - Avaliação da eficácia dos métodos de controlo de *Gunnera tinctoria* nos habitats prioritários do projecto

Os primeiros meses do projecto foram essenciais para um melhor conhecimento das áreas propostas para os trabalhos de recuperação de habitat. Durante esse período foi possível avaliar toda a informação existente, quer produzida ao longo do projecto LIFE Priolo (finalizado em Novembro de 2008), quer informação recente disponível nos Serviços Florestais do Nordeste, CMN e CMP. Foram abertos trilhos para permitir o acesso ao interior das áreas definidas e avaliar correctamente as possibilidades de intervenção. A maioria das manchas de floresta nativa estão localizadas em encostas com declives acentuadas o que dificulta a sua observação pormenorizada a longa distância, o que implica a abertura de trilhos para recolher mais informação. Apenas desta forma foi possível observar da melhor forma a área definida.

Por outro lado, durante este processo foi possível obter junto das entidades locais mais informações sobre as áreas em causa, nomeadamente o reforço que tem sido feito (e que se pretende fazer) das captações de água para abastecimento das populações (quer para consumo humano, quer para fins agrícolas). Desta forma estão a ser implementadas ou planeadas acções que vão colidir com os objectivos pensados para as áreas propostas na candidatura do projecto, nomeadamente as áreas referentes às acções A6, A7, C2 e C4. Por este motivo foi feita uma análise das áreas de intervenção propostas e de outras possíveis de intervencionar e elaborado um pedido para alteração das áreas de intervenção, já aceite pela unidade LIFE.

Durante a primeira reunião da Comissão Consultiva, em Janeiro, foram analisados todos os protocolos de controlo de exóticas apresentados na candidatura. O protocolo para o controlo de Gigante *Gunnera tinctoria* foi um deles tendo sido discutidos quer os métodos quer diversos aspectos relacionados com esta acção. Desta avaliação a decisão da comissão foi de avaliar a real necessidade de execução desta acção. As razões pela qual foi tomada esta decisão foram:

- a única área de intervenção onde se iria efectuar controlo da espécie apresenta níveis freáticos superficiais (turfeira do Planalto dos Graminhais) apenas permitindo a remoção manual;
- a existência de resultados preliminares no controlo de *Gunnera tinctoria* realizado pela Direcção Regional dos Recursos Florestais (DRRF) nos últimos anos, bem como a existência de testes de controlo de Gigante realizados pelo LIFE Priolo durante o último ano deste projecto;
- falta de uma cartografia da distribuição da espécie na ZPE Pico da Vara/Ribeira do Guilherme e uma insuficiente recolha de dados bibliográficos da biologia e controlo de Gigante.

Desta forma foi decidido no âmbito dessa reunião apurar os resultados dos testes realizados pela DRRF e LIFE Priolo, elaborar uma cartografia de pormenor da distribuição desta espécie e continuar a recolha de informação bibliográfica. Após a análise desta informação seria avaliada a melhor forma de proceder com estes testes.

Desta forma foi apurado o resultado dos testes químicos do projecto LIFE Priolo. Em Julho de 2008 foram marcadas 150 plantas na Mata dos Bispos. As plantas foram pulverizadas nas folhas com herbicida. O princípio activo utilizado foi o triclopir com uma concentração de 25%, 10% e 5% (50 plantas por concentração). Os resultados apurados, 8 meses após o controlo, demonstram uma

mortalidade de, respectivamente, 93%, 88 e 85%. Mais testes deveriam ser realizados para apurar a concentração mais baixa e com os melhores resultados de mortalidade.

Em simultâneo a DRRF foi contactada e convidada a apresentar os resultados preliminares do controlo de gigante nas V Jornadas do Priolo em Maio de 2009. Os testes realizados com diferentes princípios activos e diferentes concentrações seleccionam o triclopir como escolha eficaz no controlo de gigante com uma concentração de 1,5%. O método de aplicação efectuado foi com recurso a tractor e pulverizador mecânico.

Em Julho 2009, foi elaborada a cartografia de distribuição de Gigante com o apoio de dois voluntários da associação francesa A PAS DE LOUP. A área da ZPE Pico da Vara/Ribeira do Guilherme foi dividida em quadriculas de 200mx200m (4 ha) com o objectivo de percorrer todos os trilhos, caminhos florestais e estradas regionais para detectar a presença de plantas com e sem frutificação.

Foram prospectadas 555 quadriculas que correspondem a uma área de 2220ha. Das quadriculas visitadas cerca de 51% tinham a presença de gigante, verificando-se que as áreas das Furnas, Salto Cavalo e Zona Norte da Serra da Tronqueira estão muito invadidas com a existência de novos focos de invasão na zona Sul da Serra da Tronqueira.

Tendo em conta a necessidade verificada de alterar parte das áreas de intervenção, foi feita uma avaliação das novas áreas tendo sido identificados nos novos locais focos de invasão de gigante. Por esta razão decidiu-se manter esta acção reformulando os testes a realizar.

Será necessário efectuar os testes de controlo químico de gigante com base nos novos dados recolhidos e com metodologias propostas para áreas sensíveis. O protocolo de controlo e a execução da acção terá de ser adiada para 2010 para quando se iniciar o novo ciclo vegetativo da planta. Este adiamento não irá causar um atraso significativo nas acções que dependem destes resultados tendo em conta que durante o ano de 2010 se irão intervir áreas onde a presença de Gigante é meramente residual. Os resultados desta acção irão ser utilizados principalmente em 2011 e 2012.

Optou-se no entanto por antecipar o início da remoção manual de *Gunnera* na área de turfeira do planalto dos Graminhais (Acção C3) de forma a reduzir a dispersão de sementes naquela área durante este ano.

Acção A7 - Avaliação da eficácia dos métodos de controlo de *Pittosporum undulatum* e *Acacia melanoxylon* em charnecas macaronésias

A situação mais urgente e que veio trazer maiores alterações ao planeamento do projecto foi a necessidade verificada de substituir grande parte da área de floresta indicada para intervenção. Permitiu ainda no caso da área de testes para incenso e acácia que os trabalhos a desenvolver não impossibilitassem a utilização lúdica de uma das reservas florestais de recreio da ZPE. As áreas que foram propostas, e posteriormente aceites, para substituir a área que não será intervencionada acabam por possibilitar não só cumprir os objectivos propostos, como irão permitir recuperar áreas degradadas em diferentes áreas e altitudes, formando desta forma um mosaico de áreas recuperadas por uma maior área geográfica, abrangendo maior número de espécies nativas e aumentando os recursos alimentares para o Priolo ao longo do ano.

Também nesta acção se verificou a existência de novos dados relativamente ao controlo de Incenso e Acácia. Os resultados de testes de controlo realizados recentemente pela DRRF foram divulgados na V Jornadas do Priolo (Março 2009), e esta informação será incorporada na definição dos testes que serão necessários para a realização do controlo destas espécies a maior escala.

A necessidade de alterar a área prevista para a realização destes teste contribuiu também para o adiamento dos trabalhos referentes a esta acção. Este adiamento não irá causar um atraso significativo nas acções que dependem destes resultados tendo em conta que durante o ano de 2010 se irão intervir áreas de maior altitude com reduzida presença destas espécies. Os resultados desta acção irão ser utilizados principalmente em 2011 e 2012.

Estas espécies (Incenso e Acácia) encontram-se principalmente a altitudes mais baixas pelo que estas áreas deverão ser intervencionadas durante os dois últimos anos do projecto o que está de acordo com o calendário do projecto (acção C4). Desta maneira optou-se por antecipar já para este ano o início dos trabalhos nas áreas a maior altitude, onde as principais espécies exóticas são a Cletra e a Conteira (para as quais já existe bastante experiência de controlo).

Acção A8 - Criação da equipa técnica e implementação da base do Projecto

Procurou-se ir de encontro às primeiras exigências do projecto desde o início da sua execução. Foi necessário assegurar e operacionalizar a sede do projecto, tendo para isso sido cedido um espaço pela CMP. A equipa técnica inicial foi constituída pelo Coordenador (Joaquim Teodósio) e por quatro assistentes de projecto (Carlos Silva, Joana Domingues, Ricardo Ceia e Rui Botelho), sendo que Ricardo Ceia apenas permaneceu no projecto até final de Março. Foi criada igualmente uma equipa de campo para as diversas acções de recuperação de habitat formada por cinco elementos (André Fernandes, Bruno Oliveira, Hilberto Correia, José Mendonça e José Pacheco).

Progressivamente as equipas foram aumentadas tendo sido contratado mais um assistente de projecto (Filipe Suspiro, para acompanhamento da instalação do viveiro) e outros cinco elementos para equipa de apoio aos viveiros e trabalhos de campo. Recentemente verificou-se a necessidade de contratar um novo assistente responsável pelo viveiro dado que se verificou a saída do actual técnico.

Algumas das acções estarão dependentes da contratação de equipas temporárias através de assistência externa, para permitir que as equipas permanentes especializadas se mantenham nas acções de execução mais complexa. Estão previstas contratações temporárias de 6 meses para os anos de 2010 e 2011.

Acção A9 - Instalação de um viveiro para produção de plantas nativas

Com o início dos trabalhos do projecto, verificou-se alguma dificuldade em identificar espaços para a instalação dos viveiros (estufa, armazém e terrenos para sementeira). Este processo foi algo demorado dada a necessidade de procurar terrenos com as condições adequadas para esse fim (exposição ao sol e ventos, inclinação, segurança, etc.). Foi possível definir os espaços em terrenos cedidos pela CMP imediatamente a montante da vila de Povoação, após o que se iniciaram os trabalhos para possibilitar a utilização desses terrenos.

Antes da instalação da estufa foi necessário limpar a densa vegetação, regularizar o terreno, construir valas de escoamento, construção de canteiros, entre outros trabalhos essenciais para a instalação da estufa e para permitir as futuras sementeiras. O espaço encontrava-se abandonado e ocupado por espécies exóticas invasoras. O terreno foi terraplanado, nivelado e construído um acesso para o local com recursos humanos e logísticos da Câmara Municipal da Povoação e de uma empresa local.

A aquisição e montagem da estufa foi adjudicada em Abril de 2009 à empresa Aquafluxo. Actualmente está a decorrer o processo de instalação da estufa, tendo já sido iniciadas as primeiras sementeiras de espécies de plantas nativas, nomeadamente, urze, pau-branco e faia. O processo de recolha de sementes iniciou-se no mês de Agosto e irá decorrer até ao início do Inverno.

Apesar dos progressos realizados, o processo de instalação da estufa regista alguns atrasos em relação ao planeamento entretanto realizado, sobretudo devido a faltas de cumprimento de prazos pela empresa adjudicada. O viveiro encontra-se repartido em 3 áreas distintas: viveiro; estaleiro e área de sementeira.

No futuro está ainda planeado a criação de pomares produtores de sementes. Algumas fases desta acção registam alguns atrasos, no entanto, foram já avaliados de encontro ao plano, tendo sido ajustados relativamente ao protocolo e processo produtivo do viveiro, sendo que em nada comprometem o objectivo final da instalação deste viveiro, a produção de plantas endémicas.

Acção C1 – Produção de plantas nativas em viveiro

O início da produção de plantas em viveiro foi antecipado em relação ao planeamento apresentado na candidatura. Neste momento, o viveiro já tem as condições mínimas para iniciar o processo de produção de plantas pelo que já se iniciou o processo de recolha de sementes e estacas. Foram já realizadas sementeiras de algumas espécies e preparação de estacas e tabuleiros de sementes. Procurou-se desta forma iniciar a produção de um número mínimo de plantas que possam ser utilizadas nos trabalhos de restauro de habitat.

A produção de plantas nativas em viveiro, incluindo a instalação do próprio viveiro, é uma acção delicada, complexa e que acarreta elevados custos, sendo necessário um correcto planeamento das diferentes acções produtivas: conhecimento do estado de maturação das espécies a produzir e sua época produtiva, conhecimento da capacidade produtiva do viveiro e o planeamento de sementeira das diferentes espécies atendendo a sua capacidade germinativa.

A acção estava prevista para iniciar em 2010 após a construção total do viveiro. Contudo, apesar dos atrasos existentes na construção da estufa (aspecto mais limitativo do processo produtivo) foi decidido iniciar e garantir o início produtivo do viveiro em conjugação com o seu processo de instalação.

Com a existência de uma estufa e uma área de sementeira exterior, foi já semeado:

Myrica faya – 50 litros de fruto

Erica azorica – 70 litros de fruto

Picconia azorica – 5 litros de fruto

Laurus azorica – 4 litros de fruto

Ilex azorica – 2 litros de fruto

Vaccinium cylindraceum – 300 estacas

A acção foi antecipada e espera-se que os objectivos sejam totalmente cumpridos, ainda que dependendo das condições de germinação e vingamento das plantas.

Acção C2 – Controlo de *Pittosporum undulatum* e *Acácia melanoxylon* e recuperação de área de matos macaronésicos

Acção não iniciada, prevista para 2010.

Acção C3 - Controlo de vegetação exótica (*Gunnera tinctoria*, *Clethra arborea* e *Dicksonia antarctica*) no habitat prioritário - Turfeiras de altitude

Esta acção tinha o seu início previsto para o ano de 2010, no entanto, devido à rápida expansão do gigante (*Gunnera tinctoria*) na turfeira dos Graminhais optou-se por iniciar o seu processo de eliminação no fim de Maio de 2009. Nesse mês foi organizado, em colaboração com os Serviços Florestais do Nordeste, a remoção da frutificação das plantas desta espécie na área de intervenção. Os SFN efectuaram também esta acção nas áreas turfeira sob a sua gestão adjacentes à área de intervenção do projecto. A remoção da frutificação foi efectuada antes da maturação de sementes e levadas para o aterro da Câmara Municipal do Nordeste, evitando assim, a dispersão de sementes e a colonização de novas áreas de turfeira. A remoção integral da planta e das restantes invasoras será efectuado conforme o planeamento indicado.

Acção C4 - Controlo de vegetação exótica (*Pittosporum undulatum*, *Acacia melanoxylon*, *Gunnera tinctoria*, *Clethra arborea* e *Hedychium gardneranum*) no habitat prioritário – Floresta laurissilva

. As acções de controlo e erradicação de espécies invasoras estavam previstas para iniciar em 2010 após o apuramento dos primeiros resultados das acções de testes químicos em diferentes espécies invasoras, no entanto, esta acção foi iniciada antes do previsto. Esta situação decorreu da necessidade de alterar as áreas previstas para a realização de testes de controlo de exóticas (acções A6 e A7). Desta forma optou-se por iniciar os trabalhos referentes a esta acção na área que não seria sujeita a alterações, a mancha de Laurissilva da cumeada do Pico Bartolomeu. A área em causa situa-se a maior altitude, onde as exóticas com maiores densidades são a Cletra e a Conteira, espécies para as quais já existia grande experiência anterior e metodologias bem definidas.

A área intervencionada neste habitat prioritário foi de aproximadamente 10 ha, prevendo-se a sua conclusão para a Primavera de 2010 devido à topografia do terreno e à aproximação do Inverno. Ao contrário do normal e esperado, o período de Junho a Agosto foi caracterizado por condições climatéricas adversas com um significativo número de dias de chuva, o que trouxe algum atraso inesperado e tendo a equipa de campo realizado outras tarefas como recolha de semente e apoio ao processo de instalação do viveiro. Esta será sempre uma condicionante às acções de campo, no entanto, o pedido de alterações de áreas veio permitir ter áreas de intervenção mais espaçadas geograficamente e a diferentes altitudes o que poderá permitir maximizar os dias de trabalho aproveitando a diferença de condições que geralmente se verifica em diferentes zonas da ZPE.

Acção C5 - Aplicação de metodologias de recuperação no habitat de conservação prioritária: Turfeiras altas activas

Neste primeiro ano, tal como estava inicialmente previsto, está a ser desenvolvido o processo de levantamento de pormenor de toda a área que vai ser intervencionada nesta acção e áreas adjacentes. Neste levantamento está a ser levado em conta a vegetação do local, linhas de águas, valas de drenagem, divisórias de terra utilizadas para separar as parcelas de terreno, trilhos, e outras mobilizações de terreno realizadas no local. Após a recolha e análise de toda esta informação será possível delinear a metodologia que será aplicada no local e iniciar todo o processo de recuperação das turfeiras dos Graminhais.

Está igualmente a decorrer o processo de cessação dos contratos de arrendamento de algumas parcelas desta área ainda actualmente utilizadas como pastagens sazonais. Este processo está a ser liderado pelos Serviços Florestais do Nordeste, entidade gestora destas pastagens baldias e com a qual os lavradores têm os contratos de arrendamento. À presente data prevê-se que esta situação esteja desbloqueada antes do início dos trabalhos previstos para o próximo ano.

Acção C6 - Melhoramento da informação e sinalética da rede de trilhos pedestres nos diversos habitats prioritários

Actualmente a ZPE Pico da Vara/Ribeira do Guilherme é servida por três trilhos homologados para a prática do pedestrianismo: o trilho Lomba da Fazenda/Pico da Vara (PR8SMI), o trilho Algarvia/Pico da Vara (PR7SMI) e o trilho Povoação/Pico da Vara (PR23SMI). Destes três trilhos o único que actualmente está oficialmente aberto é o trilho PR23SMI que vai da Povoação para o Pico da Vara estando os outros dois temporariamente encerrados por estarem muito degradados.

Relativamente ao trilho PR23SMI, este vai ser parcialmente melhorado no próximo ano por acções do LIFE Laurissilva nomeadamente com a construção de passadiços nos Graminhais; assim só será colocada informação e sinalética na rede de trilhos após a conclusão destes trabalhos.

Relativamente aos trilhos PR8SMI e PR7SMI, cuja manutenção é da responsabilidade respectivamente dos Serviços Florestais do Nordeste e Câmara Municipal do Nordeste, vão ser desenvolvidos esforços junto destas entidades para que os trabalhos de recuperação sejam feitos o mais brevemente possível. De referir que estas duas entidades foram convidadas como observadores deste projecto e que estão empenhadas no sucesso das diversas acções do mesmo.

Acção C7 - Implementação de um pomar demonstrativo de Uva-da-serra

O início desta acção foi antecipado em relação ao calendário inicial do projecto. Já se iniciou a procura do local onde será instalado o pomar, uma vez que, o viveiro não tem área com os requisitos necessários para a sua implementação. Existem já vários terrenos possíveis, a escolha será efectuada ao longo do próximo ano de 2010.

Em Janeiro deste ano foram recolhidas estacas em cerca de 300 plantas de Uva-da-serra e colocadas a enraizar, umas em substrato e outras em condições naturais (musgão de *Sphagnum sp.*). Até ao momento, verificou-se que as plantas produzidas em substrato têm um desenvolvimento radicular profundo e de crescimento rápido com cerca de 65% de sobrevivência. As plantas produzidas em condições naturais têm 95% de sobrevivência mas ainda têm o sistema radicular muito pequeno e rudimentar, sendo necessário aguardar mais um ano para repicar para contentores de plantação. As plantas produzidas fazem já parte do processo de produção de plantas da acção C1.

A 5 Julho de 2009 foi visitada a 2ª Feira do Mirtilo em Sever do Vouga, que incluiu a visita a várias explorações na área, prova de degustação e recolhida informação sobre o processo de produção, manutenção e exploração de Mirtilo. Esperamos vir a adaptar as mesmas técnicas à exploração de Uva-da-serra e conhecer/estudar a reacção fisiológica da mesma aos processos culturais (podas e desramações).

Esta acção irá decorrer ao longo de todo o projecto e decorrerá com o processo de selecção das melhores estacas para o pomar e a escolha dos locais de plantação até a sua instalação.

Acção D1 - Desenvolvimento de logótipo do projecto

O logótipo do projecto foi elaborado e adoptado na 2ª reunião de Comissão Executiva, em Maio de 2009.



De seguida foi elaborado o manual de normas gráficas (Anexo 7.5), com regras claras de utilização do logótipo por todos os parceiros e observadores do projecto. O logótipo era um dos marcos previstos para o período deste relatório inicial e a acção foi terminada dentro do prazo sem problemas.

Acção D2 - Criação e colocação de Placas Informativas sobre o projecto

Foram já produzidas e colocadas placas informativas sobre o projecto na sede de projecto (localizada no mesmo edifício do posto de turismo da Vila da Povoação), Salto de Cavallo (entrada ocidental da ZPE) e estrada da Tronqueira. Foram ainda realizados contactos com a CMP para a colocação de informação sobre o projecto nos pontos de informação turística em cada freguesia do concelho. O conteúdo dos painéis pode ser visto no Anexo 7.5.

Acção D3 – Relatório Não Técnico

Acção não iniciada, prevista para 2012.

Acção D4 - Realização de *workshops* de divulgação de metodologias de controlo de exóticas

Esta acção tem o seu início previsto para o último trimestre de 2009, no entanto, dado que ainda se irá obter mais informação para algumas das principais espécies exóticas (caso do Gigante) optou-se por adiar a realização dos primeiros workshops para 2010. Desta forma será possível realizar uma divulgação mais abrangente e maximizar o esforço envolvido neste tipo de acções. O público alvo para as primeiras acções já foi definido: Autarquias e Direcção Regional dos Equipamentos e Transportes Terrestres.

Acção D5 - Realização de acções regionais de divulgação sobre a valorização dos Serviços dos Ecossistemas, importância dos habitats prioritários existentes na ZPE, problemática da invasão por exóticas

Esta acção tem o seu início previsto para o último trimestre de 2009, no entanto, já se iniciou o planeamento das actividades e tipo de actividades a desenvolver. Foi produzido um inquérito para avaliação dos conhecimentos dos professores sobre esta matéria e irá ser realizado em Outubro um workshop com professores para desenvolver em conjunto uma metodologia que permita contribuir para uma melhor divulgação desta temática.

Pretende-se seguidamente incorporar as ideias surgidas com a participação dos professores e desenvolver ao longo do ano de 2010 os conteúdos propostos no projecto. No entanto, ao contrário do que está proposto no calendário do projecto, esta acção irá ser recorrente ao longo de todo o projecto. As acções de divulgação e outras actividades irão decorrer ao longo do ano até final do LIFE Laurissilva.

Algumas das acções previstas irão decorrer em colaboração com o Centro Ambiental do Priolo, estrutura criada em 2007 durante o projecto LIFE Priolo.

Acção D6 - Realização de acções de formação sobre turismo de natureza e oportunidades de negócio relacionadas com este para estudantes de turismo, empreendedores e população geral

Esta acção tem o seu início previsto para o último trimestre de 2009, no entanto, já se iniciou o planeamento das actividades e tipo de actividades a desenvolver. Está previsto para Outubro a realização de um curso de Formação de Guias de Natureza sobre a ZPE Pico da Vara / Ribeira do Guilherme. As restantes actividades referentes a esta acção, tal como para a acção D5, irão decorrer ao longo do projecto pelo que propomos uma alteração no calendário apresentado inicialmente.

Foi identificada ainda outra situação no que se refere a esta acção. Apesar de algumas das actividades propostas se conseguirem desenvolver sem apoio técnico externo ao projecto, para outras é fundamental a participação de formadores com preparação em algumas áreas, tais como empreendedorismo, gestão de empresas, ou a presença de convidados com experiência na área. Para tal irá certamente ser necessário, em alguns casos, o pagamento de assistência externa, algo não previsto inicialmente. Desta forma solicitamos que seja aceite a alteração de valores entre viagens e assistência externa para esta acção, ficando as duas rubricas com 4165€.

Acção D7 - Elaboração de informação sobre os habitats da ZPE para distribuição nos principais pontos de informação turística regionais, nacionais e internacionais e nos hotéis da Ilha de São Miguel.

A produção deste guia interpretativo será feita ao longo do ano de 2010, prevendo-se o início da sua distribuição aos visitantes na Primavera de 2011.

Acção D8 - Desenvolvimento da página do projecto

A criação da página do projecto decorreu durante o segundo trimestre de 2009, estando já ao dispor de todos os interessados. A página pode ser consultada em www.spea.pt/life_laurissilva.

A página actual apresenta toda a informação de base sobre o projecto, estando previsto ao longo do projecto uma melhoria contínua da informação e conteúdos disponibilizados.

Acção E1 - Monitorização das acções de controlo de exóticas e recuperação de Habitat

Monitorização da remoção de espécies exóticas

A remoção das principais espécies exóticas na área de intervenção do Projecto LIFE Laurissilva exige conhecimentos técnico-científicos relevantes, exigência acrescida pela utilização de métodos de remoção química. Tendo por objectivo a caracterização florística e a monitorização da floresta nativa após as acções de remoção de exóticas, de modo a acompanhar a evolução do habitat face às acções de intervenção, foram marcadas, de forma aleatória, parcelas de monitorização de 2x2 m em áreas sujeitas a intervenção e em áreas que não serão intervencionadas.

Dado que as metodologias de remoção de exóticas são similares às utilizadas no anterior projecto LIFE Priolo e devido a uma grande lacuna de conhecimento ao nível da evolução da floresta Laurissilva a médio, longo prazo foi considerado pertinente manter as parcelas de monitorização de 2x2m ainda activas, tanto mais que algumas destas estão situadas nas novas áreas de intervenção, Pico Bartolomeu e Malhada.

Para as novas áreas que foram propostas após a última reunião da Comissão Científica do projecto, consideramos que todo o processo de marcação das novas parcelas de monitorização deva ser apresentado aos peritos na próxima reunião de forma a manter o rigor nos trabalhos. Este processo não colocará em causa os trabalhos de monitorização uma vez que a colocação ocorrerá entre Fevereiro/Abril do Próximo ano e as monitorizações, que têm um carácter anual, ocorrem em Agosto/Setembro. Até à presente data já foram monitorizados 25 quadrados esperando-se ter os trabalhos concluídos até ao final da primeira quinzena de Outubro. O atraso na amostragem deve-se à chuva anormal que ocorreu nos meses de Agosto e Setembro.

Monitorização do nível de água nas turfeiras dos Graminhais

De acordo com as conclusões da 1ª reunião da Comissão Científica foi definido um modelo de monitorização do nível de água no interior da turfeira: de acordo com os peritos a quantidade de água retida pela turfeira é directamente proporcional ao grau de preservação da mesma. Para este efeito foi proposta que se colocassem tubos de PVC perfurados de forma a se realizar amostragens para monitorização duas vezes por ano, uma na época seca e outra durante a época mais chuvosa.

Dada a heterogeneidade da turfeira, na qual se podem encontrar diferentes estados de preservação, foi definida em ambiente SIG uma grelha com parcelas de 100x100m das quais foi extraído o seu ponto central, de forma a se obter uma distribuição homogénea e ao mesmo tempo aleatória de todo o local, o que nos deu um total de 102 pontos. Com base nas coordenadas destes pontos e utilizando um GPS de precisão, foram feitas medições da profundidade da turfeira e caracterização da vegetação e situação envolvente de cada um deles.

Assim foi verificado que 23 destes pontos apresentavam uma camada de turfa inferior a 5cm, o que automaticamente os excluí desta monitorização, para os restantes pontos serão preparados tubos que serão cortados e perfurados consoante a profundidade da sua localização. Já estão a ser preparados os tubos que serão instalados numa área de teste com 24 hectares na qual já não se verifica a presença de gado. A instalação dos tubos na restante área vai depender, em primeira instância da verificação da viabilidade desta metodologia que só poderá realmente ser alargada a toda a área após a sua total interdição ao pastoreio, principal fonte de perturbação do local.

Acção E2 - Monitorização produtiva do viveiro

Com o início das acções destinadas à produção de plantas, iniciaram-se as primeiras medidas de monitorização, principalmente relacionadas com a semente recolhida e semeada e a sobrevivência de estacas de Uva-da-serra recolhidas no início do ano. Estas acções serão desenvolvidas ao longo do projecto.

Ação E3 - Assegurar o planeamento estratégico do projecto e a tomada de decisão através de uma Comissão Executiva

Foram já realizadas três reuniões da Comissão Executiva do projecto. Durante a primeira reunião efectuada foram identificadas diversas entidades cuja colaboração seria um enorme contributo para o completo cumprimento dos objectivos do Projecto. DRRF/SFN, DRT, CMN e SPRA foram posteriormente convidadas a participar como observadores nas reuniões da Comissão bem como em todas as acções para as quais o seu contributo possa ser importante. São igualmente informadas regularmente sobre o funcionamento do projecto.

Ao longo deste processo e através de algumas reuniões informais, a CMN informou do seu elevado interesse em participar como parceiro formal do projecto. Desta forma, e por todos os parceiros considerarem que seria um contributo importante, gostaríamos de avaliar esta possibilidade e quais as obrigações a que a CMN estaria obrigada como parceira do projecto.

Ação E4 - Assegurar a consultoria científica do projecto através de uma Comissão Consultiva

A primeira reunião da Comissão Científica do projecto realizou-se de 27 a 30 de Janeiro de 2009. Esta reunião permitiu juntar vários investigadores e técnicos com experiência excepcional na Macaronésia em diversos campos necessários para a realização das acções de campo do projecto. Estiveram presentes como convidados: Manuel Nogales (CSIC, Canárias), Eduardo Dias (Universidade dos Açores), Paulo Oliveira (Parque Natural da Madeira), José Maria Palacios (Universidade de La Laguna, Canárias), Jaime Ramos (Universidade de Coimbra) e Rúben Heleno (Universidade de Bristol).

Esta primeira reunião teve como principais objectivos delinear métodos de intervenção e monitorização para todas as acções de controlo de exóticas e recuperação de habitats. Foram realizadas visitas às áreas de intervenção e reuniões dedicadas aos diferentes tipos de intervenção, com muitas decisões relevantes para o progresso do projecto, conforme se pode verificar na respectiva acta (ver Anexo 7.5).

Pretende-se que o grupo de intervenientes nas reuniões da Comissão Consultiva seja de alguma forma flexível, quer de acordo com as disponibilidades de todos, quer pela possibilidade de convidar especialistas específicos para algumas temáticas.

Pela especificidade da produção de plantas, foram realizados contactos com técnicos das Canárias para realizar uma visita aos seus viveiros e eventualmente receber um destes técnicos para apoio na instalação do viveiro do projecto. A próxima reunião da Comissão Científica está prevista para o período de Primavera/Verão de 2010.

Ação E5 - Intercâmbio de informação com outros projectos

Dos outros dois projectos referidos na candidatura, apenas o projecto LIFE "*Islands safe for seabirds*" (LIFE07 NAT/P/000649) se encontra a decorrer. Este projecto, igualmente coordenado pela SPEA, pretende contribuir para o restabelecimento das colónias de aves marinhas na Ilha do Corvo e Ilhéu de Vila Franca. Algumas das principais acções, tal como no LIFE Laurissilva Sustentável, prendem-se com o controlo de exóticas e replantação com espécies nativas. Por este facto tem sido frequente a colaboração e apoio entre as equipas dos dois projectos.

Esta colaboração tem sido essencialmente ao nível de apoio técnico, com a participação pontual de alguns técnicos do LIFE Laurissilva em algumas das acções desenvolvidas no ilhéu de Vila Franca e na ilha do Corvo, ou na participação nas reuniões da Comissão Executiva do LIFE "*Islands safe for seabirds*". Esta colaboração próxima a nível técnico irá ser frequente até final dos dois projectos. Existem igualmente alguns contactos no sentido de se estabelecerem parcerias a nível regional em outros projectos dedicados às espécies exóticas e recuperação de habitats, como por exemplo o ORBI - Observatório Regional de Biologia das Invasões promovido pela Universidade dos Açores, a

Recuperação da Bacia Hidrográfica da Lagoa das Furnas da responsabilidade de SPRA e SRAM, e o Plano Regional de Erradicação e Controlo de Espécies de Flora Invasora em Áreas Sensíveis em execução pela DRA.

Acção E6 - Coordenação do projecto pela SPEA

A equipa de projecto da SPEA encontra-se já constituída, assim existe já uma Sede de projecto na Vila da Povoação e o respectivo equipamento instalado. Foram entretanto identificadas situações que causaram algumas dificuldades de funcionamento, relacionadas principalmente com equipamentos.

Um problema que tem afectado estes primeiros meses de projecto prende-se com o corte realizado na fase de avaliação do projecto no número de viaturas dedicado ao projecto inicialmente pensado para quatro viaturas (duas viaturas todo-o-terreno, uma viatura ligeira para passageiros e carga e uma viatura de nove lugares). Apesar de ter sido apresentada a justificação para o pedido, assente essencialmente na grande dispersão geográfica das acções, na quantidade e diversidade de acções que decorrem simultaneamente e na extensa equipa que irá realizar as acções, após a avaliação final do projecto apenas foi considerada a possibilidade de aquisição de duas viaturas. Uma viatura todo-o-terreno e uma viatura de nove lugares.

Desta forma foi necessário utilizar as viaturas que a SPEA tinha disponíveis (provenientes do anterior projecto LIFE Priolo), duas das quais já com cerca de cinco anos de uso intensivo e a terceira com três anos. A utilização destas viaturas têm permitido iniciar as acções, sendo que as acções de campo só aumentaram de intensidade a partir de Junho/Julho. Este período permitiu reavaliar as características das viaturas existentes no mercado e de realizar uma longa negociação com os fornecedores no sentido de conseguir propostas mais vantajosas.

Neste momento, já foi adquirida uma viatura TT de três passageiros e está em processo de entrega uma viatura adaptada para nove passageiros e com caixa de carga. Estas viaturas no seu conjunto possibilitam a realização das acções conforme planeado, no entanto, dada a idade e uso das duas viaturas mais antigas da SPEA, conseqüentemente com menor fiabilidade e maiores custos de manutenção, é muito importante para o projecto a aquisição de mais duas viaturas (uma viatura TT de cinco lugares) e uma viatura ligeira de carga. Tal será possível com a verba poupada na aquisição das duas viaturas novas e verba disponível de reavaliação dos custos com a estufa, armazém e tractor (da acção C1), havendo concordância por parte da Comissão Europeia.

Outra situação verificada após a avaliação da proposta inicial de candidatura do projecto, foi o corte de parte do material informático considerado para o projecto e da reclassificação do restante (computadores e impressoras) como despesas gerais do projecto. Segundo a nossa avaliação não faz sentido que estes equipamentos não sejam alocadas à rubrica e lista de "Equipamentos" pois são essenciais à execução de todas as acções do projecto. O facto de serem alocados à rubrica de "Despesas Gerais" acaba por reduzir nesse montante as despesas que de facto podem ser atribuídas a essa rubrica, além de que não se seguem as especificações das Disposições Administrativas da própria Comissão Europeia para o Programa Life+. Por esse motivo solicitamos que sejam novamente incluídos na rubrica e lista de equipamento, o material informático necessário ao projecto, nomeadamente três computadores portáteis, um computador fixo, um netbook, uma multifunções (fax, scanner, impressora) e uma impressora para formatos A3. Esta alteração não implica um aumento da rubrica em causa, sendo possível através de uma reorçamentação dos restantes equipamentos a adquirir. Para permitir o bom andamento dos trabalhos parte destes equipamentos já foram adquiridos embora não estejam ainda classificados no orçamento do projecto.

Acção E8 - Avaliação da sensibilidade das populações

Foi criado um inquérito para medir o grau de conhecimento da população quanto a habitats prioritários, problemática da invasão por espécies exóticas, e sensibilização da própria população sobre a importância da conservação desses habitats e os benefícios que eles fornecem à população

(anexo 7.5 – Inquérito). A metodologia incluiu a realização dos inquéritos a 1% da população da ilha de São Miguel, sendo realizados 1201 inquéritos (de um total previsto de 1316).

Neste momento, os dados dos inquéritos estão a ser introduzidos em base de dados para tratamento e análise final dos mesmos, de forma a produzir um primeiro relatório referente ao conhecimento de base no ano de início do projecto. No fim do projecto, este mesmo inquérito será realizado novamente, com o intuito de verificar o efeito que as acções de sensibilização realizadas tiveram na população.

Além dos resultados inicialmente esperados nesta acção, o inquérito foi estendido a todas as ilhas dos Açores, através da colaboração da SRAM, sendo que os dados relativos a esses inquéritos serão tratados posteriormente e servirão para estabelecer uma estratégia global, ao nível dos Açores, de sensibilização sobre a conservação dos habitats prioritários e a problemática das espécies invasoras que afectam todas as ilha do arquipélago.

A fase inicial desta acção está a decorrer satisfatoriamente. Esta acção deverá repetir-se no final do Projecto para que seja estabelecida uma comparação no grau de sensibilização das populações, de forma a confirmar o sucesso das acções do LIFE Laurissilva referentes a esse processo.

5.2 Licenças e autorizações

Foram solicitadas à SRAM, através dos Serviços de Ambiente de Ilha de São Miguel, entidade gestora do Parque Natural de Ilha, autorizações para recolha de material vegetal (sementes e estacas) de espécies de flora nativa com vista à sua produção em viveiro.

Foi concluído recentemente pela DRA o processo básico de registo da marca Priolo junto das entidades competentes.

5.3 Progressos previstos até ao próximo relatório

O próximo relatório a entregar será o 1º relatório de progresso a entregar em Janeiro de 2010. De acordo com a evolução das acções até este momento, será de esperar que as datas apresentadas para os marcos do projecto e produtos sejam respeitadas de acordo com a candidatura.



Durante os próximos meses está prevista a finalização da instalação da estufa e principais áreas para a produção de plantas. Durante este período será igualmente realizada a recolha de estacas de algumas das espécies nativas para produção de exemplares em viveiros. Actualmente estão a ser revistos os planos de intervenção de controlo de exóticas para as novas áreas propostas de modo a maximizar o aproveitamento de condições atmosféricas favoráveis durante os próximos meses. Serão também reformulados os testes em falta para avaliar metodologias de controlo de Gigante, Incenso e Acácia.

O trabalho de campo referente à acção A2 deverá ser concluído até final do ano de modo a que o modelo final de mapa de vegetação potencial esteja concluído dentro do prazo proposto. O trabalho de mapeamento de base da área de turfeira dos Graminhais também deverá ser concluído até ao final do, de forma a avaliar a necessidade de trabalhos de cartografia mais específicos (topográficos, altimetria, etc) que poderão exigir contratação de técnicos externos.

Pretende-se também até final deste ano realizar a primeira reunião do grupo de trabalho alargado referente às redes de turismo sustentável e marca Priolo. Bem como realizar as primeiras acções relacionadas com as acções D5 e D6 (Divulgação valor ecossistemas e formação em turismo de Natureza).

O novo calendário de acções que propomos, em sequência de algumas situações identificadas, é o que se apresenta de seguida:

Acção	2009				2010				2011				2012			
	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV	I	II	III	IV
A1 – Plano recuperação habitats	x	x	x	x	x	x										
A2 – Mapa vegetação potencial	x	x	x	x	x	x										
A3 – Rede fomento de turismo	x	x	x	x												
A4 – Rede fomento produtos locais	x	x	x	x	x	x										
A5 – Plano sustentabilidade viveiro													x	x	x	x
A6 – Avaliação eficácia controlo gigante	x	x	x	x												
A7 – Avaliação eficácia controlo incenso e acácia	x	x	x	x												
A8 – Equipa de projecto e sede	x															
A9 – Instalação de viveiro	x	x	x	x	x	x										
C1 – Produção de plantas						x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C2 – Recuperação charnecas macaronésicas					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C3 – Controlo exóticas em turfeira					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C4 – Recuperação de Laurissilva					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C5 – Recuperação turfeiras					x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
C6 – Melhoramento informação dos trilhos pedestres	x	x	x	x	x	x	x	x								
C7 – Criação pomar uva-da-serra									x	x	x	x	x	x	x	x
D1 – Estacionário e Logótipo	x	x														
D2 – Placas informativas do projecto	x	x														
D3 – Relatório não técnico															x	x
D4 – Divulgação métodos controlo exóticas				x				x				x				x
D5 – Divulgação valor ecossistemas				x				x				x				x
D6 – Formação turismo natureza				x		x		x		x		x				
D7 – Informação turística	x	x	x	x	x	x	x	x								
D8 – Página Web	x	x														
E1 – Monitorização controlo exóticas				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E2 – Monitorização viveiro				x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E3 – Comissão executiva	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E4 – Comissão científica	x				x				x				x			
E5 – Intercâmbio informação com outros projectos				x				x				x				x
E6 – Implementação do projecto		x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
E7 – Auditoria																x
E8 – Avaliação da sensibilidade das populações	x	x													x	x
E9 – Programa Pós LIFE									x	x	x	x	x	x	x	x

x- proposto na candidatura  - sem alterações  - alterações propostas

6. PARTE FINANCEIRA

6.1 Aplicação de sistema de contabilidade

Tal como referido em 4.1 foram realizadas diversas reuniões de trabalho entre parceiros para assegurar eficácia nos processos administrativos. Cada parceiro tem a responsabilidade de assegurar a correcta classificação e cópia dos documentos contabilísticos e respectiva inserção no formulário financeiro exigido pela CE. Todas as contas estão classificadas e actualizadas até 30 de Setembro e constam das tabelas apresentadas abaixo (ver 6.3 Custos).

O beneficiário conta com uma colaboradora administrativa e um controlador financeiro dedicados à aplicação do sistemas de contabilidade. As contas do beneficiário e do projecto estão sujeitas a verificação pelo Conselho Fiscal da SPEA, conforme consta dos seus Estatutos, e às auditorias anuais que são sempre solicitadas para submissão do Relatório Anual em Assembleia Geral.

6.2 Disponibilidade de co-financiamento

O co-financiamento tem sido assegurado quer por fundos próprios do beneficiário quer pelos pagamentos assegurados segundo os Acordos de Parceria celebrados com SRAM (225.000 euros) e CMP (12.500 euros). O próximo período do projecto não apresenta igualmente quaisquer problemas de co-financiamento segundo as projecções de tesouraria calculadas pelo beneficiário.

6.3 Custos durante o período de relatório

Na tabela seguinte são apresentadas as despesas totais do projecto durante o período deste relatório segundo as respectivas rubricas:

Rubrica	Custos totais em €	Custos desde o início até 30.09.2009 em €	% dos custos totais
1. Pessoal	1.068.240	186.391	17,45
2. Viagens	92.252	3.281	3,56
3. Assistência externa	167.635	0	0
4. Bens duradouros			
Infra-estruturas	120.780	0	0
Equipamento	196.049	20.000	10,20
5. Aquisição de terrenos	0	0	
6. Consumíveis	537.069	5.940	1,11
7. Outros custos	7.288	0	0
8. Despesas gerais	110993	20.303	18,29
TOTAL	2.297.598	235.913	10,27

A execução financeira do projecto encontra-se ainda relativamente baixa se tivermos em conta que estão cumpridos cerca de 18,75% do calendário do projecto, no entanto encontram-se dentro dos valores esperados dado que as acções mais dispendiosas do projecto serão realizadas no próximo período de relatório. Até final do presente ano serão realizadas despesas avultadas, nomeadamente com a aquisição de equipamentos, infraestruturas e consumíveis.

Para efeitos de pagamento da próxima tranche da Comissão Europeia, estima-se que o patamar de 30% das despesas totais do projecto seja atingido a meio de 2010.

Não é possível prever, à data deste relatório, alterações substanciais no orçamento previsto.

Em relação aos gastos efectuados para cada uma das acções durante o período do relatório, comparando com o Formulário B da proposta aprovada pela CE, foram registados os que se apresentam na tabela seguinte:

Acção	Custos previstos	Custos actuais	Disponível	Custo final previsto
Acção A1 "Plano de Recuperação e gestão"	27.469	19.086	83830	27.469
Acção A2 "Mapa de vegetação potencial SIC"	19.377	2.000	173770	19.377
Acção A3 "Rede para o fomento do turismo"	11.758	5.500	62580	11.758
Acção A4 "Rede que integra a marca Priolo"	14.066	5.500	85660	14.066
Acção A5 "Plano de sustentabilidade viveiro"	37.875	0	37.875	37.875
Acção A6 "Eficácia do controlo de gigante"	31.197	2.931	282660	31.197
Acção A7 "Controlo de Incenso e acácia"	72.450	1.939	705110	72.450
Acção A8 "Criação das equipas"	46.196	37.865	83310	46.196
Acção A9 "Instalação do viveiro"	83.522	42.496	410260	83.522
Acção C1 "Produção de plantas em viveiro"	643.412	1.000	6424120	643.412
Acção C2 "Recuperação de charnecas"	199.795	20.104	1796910	199.795
Acção C3 "Controlo nas turfeiras"	201.335	2.781	1985540	201.335
Acção C4 "Controlo na floresta laurissilva"	148.109	29.993	1181160	148.109
Acção C5 "Recuperação no habitat Turfeiras"	122.264	0	122.264	122.264
Acção C6 "Informação da rede de trilhos"	79.973	0	79.973	79.973
Acção C7 "Pomar de Uva-da-serra"	49.452	1.500	479520	49.452
Acção D1 "Desenvolvimento de logótipo"	3.572	2.072	15000	3.572
Acção D2 "Placas informativas"	7.485	5.819	16660	7.485
Acção D3 "Relatório não-técnico"	9.920	0	9.920	9.920
Acção D4 "Workshops controlo de exóticas"	16.103	0	16.103	16.103
Acção D5 "Serviços de Ecossistemas"	53.319	1.500	518190	53.319

Acção D6 "Formação Turismo e Negócios"	20.651	0	206510	20.651
Acção D7 "Informação sobre habitats do SIC"	14.402	1.754	126480	14.402
Acção D8 "Página internet do projecto"	8.847	2.250	65970	8.847
Acção E1 "Monitorização acções de controlo"	34.349	1.000	333490	34.349
Acção E2 " Monitorização viveiro"	12.849	0	12.849	12.849
Acção E3 " Comissão Executiva"	57.283	10.000	47.283	57.283
Acção E4 " Comissão Científica"	13.267	1.549	117180	13.267
Acção E5 "Intercambio com outros projectos"	23.802	2.000	21.802	23.802
Acção E6 "Implementação do projecto"	104.549	10.357	941920	104.549
Acção E7 " Auditoria"	9.742	0	9.742	9.742
Acção E8 "Sensibilidade das populações"	8.205	4.615	82050	8.205
Acção E9 " After Life plan"	0	0	0	0
TOTAL	2.186.595	215.610	19709850	2.186.595